



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Curso de Licenciatura em Administração Pública

O Papel das Organizações da Sociedade Civil na Monitoria da Acção Governativa: *Um Olhar Analítico sobre a Intervenção da Liga das ONG'*
(2015-2020)

Licencianda: Lúcia Rosália Maungue

Supervisor: Hinervo Marqueza, Ph.D

Maputo, Abril de 2022

Lúcia Rosália Maungue

O Papel das Organizações da Sociedade Civil na Monitoria da Acção Governativa: *Um Olhar Analítico sobre a Intervenção da Liga das ONG's em Moçambique (2015-2020)*

Trabalho de fim do curso a ser apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública.

Supervisor: Hinervo Marqueza, Ph.D

Maputo, Abril de 2022

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de Fim do Curso apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O Papel das Organizações da Sociedade Civil na Monitoria da Acção Governativa: *Um Olhar Analítico sobre a Intervenção da Liga das ONG's em Moçambique (2015-2020)*

O Presidente

(Universidade Eduardo Mondlane)

O Supervisor

(Universidade Eduardo Mondlane)

O Oponente

(Universidade Eduardo Mondlane)

Maputo, Abril de 2022

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro, por minha honra, que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas, as fontes que utilizei para sua elaboração.

A Licencianda

(Lúcia Rosália Maungue)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, os responsáveis pela minha educação.

AGRADECIMENTOS

Endereço, em primeira instância, um agradecimento muito especial ao meu orientador, Prof. Doutor Hinervo Marqueza, pela abertura que teve em aceitar a difícil tarefa de supervisionar este trabalho, sobretudo, pelo encorajamento, pela paciência, pelas críticas, correcções, sugestões feitas durante a sua elaboração, e por todo o apoio concedido, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

Agradeço, de igual modo, aos demais docentes, especialmente ao Dr. Salvador Jeremias Watata, Dr. Feliciano Simão, Dr. Alexandrino José, Dr. Fuel; Dr^a. Selcia Lumbela; Dr^a. Sónia Shone; Dr. Mangachaia, que, ao longo deste curso, despenderam a devida atenção e ensinaram-me os primeiros passos da investigação científica.

Estendo a minha gratidão aos meus pais, Higinio Joaquim Maungue e Clara Maria Ferrão, pela criação, ensinamentos e pelo apoio incondicional.

Aos meus irmãos: José Manuel, Cleide Júlia, Cremilda Jéssica, e aos meus familiares pelo amor, apoio e pelos momentos bons e difíceis em que sempre estiveram ao meu lado. Agradeço igualmente ao meu esposo, Artur Simão.

À todos os colegas da turma de Administração Pública 2015, especialmente à Isabel, à Carlota, à Melsa, ao Levino, à Jessica Cristina e ao Alide Amade.

Aos membros das Organizações da Sociedade Civil, especialmente aos senhores Domenico Liuzzi, presidente da KULIMA; Maria Helena Sibia, presidente da CMA e Coordenadora executiva da JOINT, e ao senhor Simão Francisco Tila pela contribuição com informações e conhecimentos sobre a participação da sociedade civil na monitoria da acção governativa.

E a todos que directa e indirectamente contribuíram para a elaboração deste trabalho vai o meu muito obrigado!

EPIGRAFE

A acção comunicativa ocorre sempre que as acções dos agentes envolvidos são coordenadas, não através de cálculos egocêntricos de sucesso, mas através de actos de alcançar o entendimento.

HABERMAS, apud PINTO

(A Teoria da Acção Comunicativa de Jurgen Habermas)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIP – Centro de Integridade Pública

CMA – Comunidade Moçambicana de Ajuda

CPO - Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República

FMO - Fórum da Sociedade Civil para Monitoria do Orçamento

FORCOM – Fórum das Rádios Comunitárias de Moçambique

FSM – Fórum Social Mundial

GMD – Grupo Moçambicano da Dívida

JOINT – Liga das ONGs em Moçambique

LDH – Liga dos Direitos Humanos

MASC- Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PNDH – Plataforma Nacional dos Direitos Humanos

SC - Sociedade Civil

RESUMO

O presente estudo debruça-se sobre o papel das organizações da sociedade civil na monitoria da acção governativa em Moçambique, tendo como caso de estudo a JOINT - Liga das ONG's em Moçambique - no período de 2015-2020, um fórum criado para promover a coordenação, articulação, disseminação de informação e troca de experiências entre as OSC's no País em assuntos ligados à promoção da boa governação. O principal objectivo desse trabalho é de compreender até que ponto a Sociedade Civil moçambicana tem sido preponderante na luta pela monitoria da acção governativa. A pesquisa fundamentou-se na teoria da democracia deliberativa, que consiste num processo construtivo baseado na racionalidade e imparcialidade como premissas de deliberação e de participação política. Optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa, que consistiu no método de estudo de caso e na pesquisa bibliográfica e documental, consubstanciando-se na realização de entrevistas semi-estruturadas aos membros das OSC's. O estudo baseou-se numa amostra por conveniência e intencional de oito participantes. Concluiu-se que a Sociedade Civil tem vindo a crescer quantitativamente, porém, a qualidade ainda tem sido um desafio, e que, em geral, o ambiente do seu funcionamento não pode ser considerado favorável para a intervenção das OSC's na monitoria da acção governativa, por causa das actividades e actuação isoladas. Consequentemente, a luta pelo protagonismo e a crise financeira ainda caracterizam a Sociedade Civil moçambicana. Por outro lado, a maioria das OSC's no país é inactiva e só realiza actividades de forma pontual e com horizontes temporais, limitados devido à maior dependência financeira e também, na maioria dos casos, como consequência da dependência política.

Palavras-chave: *Organização da Sociedade Civil; Monitoria; Governação; JOINT.*

ABSTRACT

This study focuses on the role of civil society organizations in monitoring government action in Mozambique, with the case study of JOINT - League of NGOs in Mozambique - in the period 2015-2020, a forum created to promote coordination, articulation, dissemination of information and exchange of experiences between CSOs in the country on issues related to the promotion of good governance. The main objective of this work is to understand to what extent Mozambican civil society has been preponderant in the struggle to monitor government action. The research was based on the theory of deliberative democracy, which consists of a constructive process based on rationality and impartiality as premises for deliberation and political participation. A qualitative methodological approach was chosen, which consisted of the case study method and bibliographic and documentary research, substantiated by semi-structured interviews with CSO members. The study was based on a convenience and intentional sample of eight participants. It was concluded that civil society has been growing quantitatively, but quality has still been a challenge, and that in general the operating environment cannot be considered favourable for CSO intervention in the monitoring of government action because of isolated activities and actions. Consequently, the struggle for protagonism and the financial crisis still characterize Mozambican civil society. On the other hand, the majority of CSOs in the country are inactive and only carry out activities on an ad hoc basis and with limited time horizons, due to greater financial dependence and also, in the majority of cases, as a consequence of political dependence.

Key-words: Civil Society Organization; Monitoring; Governance; JOINT.

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	3
1.1. Estrutura do Trabalho.....	4
1.2. Problema de Pesquisa.....	4
1.3. Hipóteses	7
1.4. Objectivos de Pesquisa.....	8
1.4.1. Objectivo geral	8
1.4.2. Objectivos específicos.....	8
1.5. Justificativa.....	8
2.1. As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique	11
2.2. Relação entre as Organizações da Sociedade Civil e o Estado	13
2.3. A Lógica da Acção da Sociedade Civil no Processo da Governação Local	14
2.4. Conceptualização	15
2.4.1. Governação	15
2.4.2. Organizações da Sociedade Civil.....	16
2.4.3. Monitoria.....	17
2.5. Teoria de Base.....	18
2.5.1. Teoria da Democracia Deliberativa	18
2.5.2. Aplicabilidade da Teoria da Democracia Deliberativa na Pesquisa	20
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	21
3.1. Tipo de Pesquisa.....	21
3.1.1. Quanto à Natureza.....	22
3.1.2. Quanto aos Objectivos.....	22
3.2. Métodos de Pesquisa	23
3.2.1. Método de Abordagem	23
3.2.2. Método de Procedimento	23
3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados	24

3.3.1. Pesquisa Bibliográfica	24
3.3.2. Pesquisa Documental	24
3.3.3. Entrevista	24
3.4. Participantes do Estudo	25
3.4.1. Amostra.....	25
3.5. Método de Análise dos Dados.....	26
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	27
4.1. Breve Apresentação do Processo de funcionamento da Liga das ONG's em Moçambique – JOINT.....	27
4.1.1. Missão.....	27
4.1.2. Visão	27
4.2. O papel da JOINT como liga das ONG's em Moçambique na Monitoria da Acção Governativa	27
4.3. O Papel dos Actores Envolvidos no Processo de Monitoria da Acção Governativa	31
4.4. Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas Governativas	33
4.5. Estratégias usadas pelas OSC's na Monitoria da Acção Governativa	34
4.6. Eficácia das Actividades das Organizações da Sociedade Civil.....	36
4.7. Avanços e Retrocessos na Monitoria da Acção das Organizações da Sociedade Civil	36
CONCLUSÃO	39
SUGESTÕES.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
APÊNDICE A - Guião de Entrevistas.	48

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

A pesquisa que doravante é apresentada insere-se no âmbito da culminação do Curso de Licenciatura em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane. Atrelado ao tema “O papel das organizações da sociedade Civil na monitoria da acção governativa: Um Olhar Analítico sobre a intervenção da Liga das ONG’s em Moçambique (2015-2020)”, este estudo procura fazer uma análise do papel das Organizações da Sociedade Civil na luta pela monitoria da acção governativa no âmbito da democracia deliberativa em Moçambique.

No sentido de dar vazão ao escopo acima referido, a concepção desta pesquisa partiu do pressuposto de que as Organizações da Sociedade Civil são tidas como qualquer instituição que se alimenta de recursos financeiros próprios e, por vezes, de recursos financeiros internacionais.

Assim sendo, a pesquisa tem o seu sustentáculo nas teorias democráticas, especificamente na democracia deliberativa. Em linhas gerais, esta teoria notabiliza-se por ser tanto um modelo como um processo de deliberação política democrática caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da Sociedade Civil na regulação da vida colectiva.

Como assegura Touraine (1992, p.73), a democracia é o reconhecimento de que os indivíduos e colectividades têm o direito de ser os actores da sua história. Este autor enfatiza ainda que a democracia está ao serviço dos seres humanos como sujeitos, isto é, criadores de si mesmos, da sua vida individual e colectiva. É aqui onde a Sociedade Civil exerce um papel fulcral, visto que é dentro do exercício democrático que o cidadão encontra o espaço de partilha e luta com outros cidadãos pelos mesmos objectivos e pela satisfação das suas necessidades individuais e colectivas. É, portanto, dentro desse contexto que as Organizações da Sociedade Civil (OSC’s) são chamadas à participação política, tendo em conta a boa governação.

Além disso, vale a pena destacar que a Sociedade Civil (SC) assume, normalmente, um papel essencial na construção e consolidação de democracias funcionais, assentes na criação de instituições eficientes, que respeitam o Estado de direito.

É em torno dessas questões que a presente pesquisa pretende, de forma concisa, conduzir a sua reflexão, com vista a entender em que medida a SC leva a cabo o seu papel de monitoria da acção governativa, um dos substratos fundamentais para o Desenvolvimento Humano. Aliás,

importa realçar que a acção governativa transparente ou democrática é tida como factor principal para todo o tipo de desenvolvimento nacional, regional e até internacional, devido às suas características que salvaguardam as liberdades individuais, bem como a solidariedade entre os povos.

Em poucas palavras, com este trabalho pretende-se fazer perceber o estágio de participação das OSC's moçambicanas na monitoria da acção governativa, os seus constrangimentos e potencialidades e, através daí, inferir o que se pode fazer para uma intervenção profícua rumo ao bem-estar social.

1.1. Estrutura do Trabalho

Em termos estruturais, este trabalho de pesquisa encontra-se subdividido em quatro capítulos, que passamos a descrever, tendo em conta os conteúdos que estes abarcam:

No primeiro capítulo – o da introdução - encontra-se a formulação do problema da pesquisa a partir do qual desenvolvemos o estudo, a contextualização do tema, a justificativa do tema, a pergunta de partida, as hipóteses e os respectivos objectivos, geral e específicos.

No segundo capítulo, está o quadro teórico, no qual se faz a revisão da literatura e conceptualização. Os principais conceitos definidos são: Governação, Monitoria, e Organização da Sociedade Civil.

A metodologia da pesquisa está descrita no terceiro capítulo. São abordados neste capítulo aspectos inerentes à caracterização, aos métodos de pesquisa, método de procedimento, método de abordagem, técnicas e instrumento de recolha de dados.

No quarto capítulo, e último, é feita a apresentação, a análise e a discussão dos resultados da pesquisa. Este capítulo é subdividido em três secções, a saber: a primeira secção faz a descrição do papel da JOINT como liga das ONG's em Moçambique na sua monitoria da governação; a segunda secção identifica o papel dos actores envolvidos no processo de monitoria da acção governativa e a terceira, e última, descreve os avanços e retrocessos na monitoria da acção governativa das OSC's.

1.2. Problema de Pesquisa

A participação da SC na arena política e social tem suscitado várias discussões em vários fóruns, visto que, por um lado, tem sido adoptada como condicionalismo para que alguns países se beneficiem de apoio financeiro por parte do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário

Internacional (FMI) e, por outro lado, porque a participação destas organizações é vista como um mecanismo de contribuição para a democratização do processo de tomada de decisão.

Sob a perspectiva da MASC (s/d, p. 6), participar no processo de monitoria da governação, requer que as OSC's operem mudanças internas profundas; ou seja, é preciso "limpar a casa" destas organizações dos vícios da má governação, tais como a corrupção, o não respeito pelas normas vigentes da organização, a falta de ética e moral e a personificação destas irresponsabilidades no processo de tomada de decisão e de implementação das actividades.

Deste modo, se a SC estiver envolvida numa má governação interna, o governo não dará crédito a qualquer das suas críticas atinentes à má governação que possam eventualmente existir nas instituições públicas moçambicanas. Isto significa que, se a SC estiver imbuída em vícios internos de má governação, pode colocar em risco as poucas conquistas de participação que foram alcançadas até ao momento.

Entretanto, é imperioso trazer à tona que as OSC's enfrentam problemas de diversa ordem, dos quais, segundo Pereira (2002, p. 27), citam-se: (i) *Politização das organizações da sociedade civil* (a ideia de que várias OSC's têm sido conotadas como fazendo parte de uma ou outra força política tem contribuído para elevar o índice de desconfiança dos cidadãos perante essas organizações); (ii) *Manipulação da sociedade civil* (assiste-se, actualmente, a uma tentativa de controlar segmentos da SC como uma forma de controlar o acesso e manutenção do poder, manifestada, muitas das vezes, quando se disponibiliza um determinado cargo para ser ocupado pela SC. Nestes casos, esses cargos acabam por ser ocupados por pessoas em cumprimento de agendas políticas de um partido); (iii) *Fragilidade de organização* (grande parte destas organizações não possui quadros tecnicamente preparados para lidar com uma complexidade de informação disponível); (iv) *Falta de recursos financeiros* (a exiguidade dos recursos financeiros tem limitado as OSC's na realização do seu trabalho. Esta situação impele grande parte dessas organizações a estarem concentradas nas zonas urbanas ou na capital do país e; (v) *Fraca coordenação e cooperação entre várias organizações da sociedade civil* (a competição pelos recursos financeiros e não a uma melhor rentabilização do trabalho de fiscalização ou de monitoria).

Dados estatísticos trazidos por Homerin (2005, p.10), indicam que, das ONG's a operarem em Moçambique, 12,73% são organizações parcialmente financiadas, 18,18% são autónomas e 69,09% são totalmente dependentes de fundos externos. Destes financiamentos, segundo o

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2006), 70% do financiamento vem do estrangeiro, 25% de empresas privadas e doações familiares e 3% de fundos públicos.

Por sua vez, António Francisco *et al.* (2007) advogam que a grande fragilidade financeira e dependência aos fundos externos não favorecem a especialização sectorial das ONGs e a sua sustentabilidade. Além destas dificuldades, António Francisco *et al.* (2008), salientam que a maior parte das ONG's enfrentam uma fraqueza institucional; isto é, limitações em recursos humanos e materiais, em estratégias de desenvolvimento interno, em políticas de mobilização de recursos eficazes, e em clareza na missão e visão da organização e de uma agenda endógena.

Vale ainda lembrar que, em Moçambique, os mecanismos de interacção entre o Governo (nas suas variadas dimensões) e a sociedade são frequentemente contestados pelas OSC's, como faz menção o estudo sobre a Participação da SC na Elaboração do PARP-2010-2014, realizado por José Adalima e Adriano Nuvunga. O estudo refere-se aos espaços criados e/ou inventados, que, segundo os autores, são defeituosos e limitados, sendo que a SC enfrenta vários constrangimentos na sua dimensão funcional e de utilidade, de tal forma que a sua interacção com as estruturas governamentais acaba sendo quase estritamente reactiva. Por seu turno, argumentam ainda que estes factores vão determinar uma deficiente articulação com as províncias, ou melhor, com a SC ao nível das províncias que acabam por ficar marginalizadas dos processos.

Por outro lado, Soiri (1999, p. 135) e de Negrão (2003, p.135), advogam que a influência das OSC's nas políticas sociais é significativa, pois na ausência ou na fraqueza da representação do Estado, são as OSC's internacionais que preenchem o vazio de muitas comunidades, como forma de “descentralização por defeito”. Todavia, o estudo sobre o Índice da SC Moçambicana, Francisco *et al.* (2008), revelam que o estágio de mais de cinco mil OSC's, no que refere a mecanismos de avaliação das acções de desenvolvimento social, é frágil. É o caso de Soiri (1999, p.76) e de Negrão (2003, p.76) que advogam que a influência das OSC's nas políticas sociais é significativa, pois na ausência ou na fraqueza da representação do Estado, são as OSC's internacionais que preenchem o vazio de muitas comunidades, como forma de “descentralização por defeito”.

Para Homerim (2005, p.76), as actividades das OSC's de âmbito social são bem aceites e até incentivadas pelo Governo. Porém, quando se trata das que penetram na esfera política, o Governo mostra-se reservado. Mais ainda: a estudiosa considera que a principal característica

destas organizações é a sua fragilidade institucional: *más condições materiais; dependência financeira para com os doadores; baixo nível de qualificação do pessoal, dificuldades em se situar de forma credível face às autoridades públicas.*

Um outro fenómeno que caracteriza as OSC's é a ambivalência que existe entre estas e o Estado. Observa-se uma permeabilidade entre a esfera do poder de decisão política e as OSC's. Há ainda uma outra observação governamental que as olha como executores de agendas externas, prolongamento dos partidos da oposição ou, então, negócios em forma de projectos.

Neste contexto, e partindo das díspares constatações dos diversos autores acima referidos, procuramos questionar a pertinência da SC, focando-se no seu papel na monitoria da governação e assim contribuir (com alternativas) para construção de uma SC forte, isto é, mais interventiva e participativa, e um Moçambique melhor: *justo, inclusivo, sustentável e desenvolvido*¹.

Lançada a “provocação” sob a égide das constatações acima apresentadas, formulou-se o problema dessa pesquisa com fundamentos de que o contributo ou a participação das OSC's moçambicanas em prol da monitoria da acção governativa continua muito aquém do desejado, porque muitas delas ainda não estão à altura de discutir seriamente com os técnicos e assessores que trabalham para o Governo sobre a premência, ou não, de uma ou outra acção com impacto (in)directo sobre os cidadãos. Com efeito, a questão de partida que se coloca é: *Qual é o papel da Liga das ONG's, como parte das Organizações da Sociedade Civil, na Monitoria da Accção Governativa em Moçambique?*

1.3. Hipóteses

H0: A fraca capacidade institucional das OSC's moçambicanas influencia negativamente nos níveis de monitoria da acção governativa, visto que há escassez de recursos financeiros para criarem representações em todos os locais e implementarem projectos.

H1: À luz das circunstâncias sociais e políticas que hoje Moçambique vive, a Sociedade Civil se tem mostrado um parceiro credível para a monitoria da acção governativa, pois constitui um valor acrescentado que vem dar mais credibilidade ao processo de boa governação, através da

¹ Um desses autores é CAMBRÃO, Pedrito Carlos Chiposse, no seu artigo sobre “Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique”, Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

sua participação em assuntos sociopolíticos e económicos, quebrando, deste modo, o monopólio do Estado na gestão da coisa pública.

1.4. Objectivos de Pesquisa

1.4.1. Objectivo geral

Avaliar o grau de participação, actuação e contribuição da JOINT, como parte das Organizações da Sociedade Civil na luta pela monitoria da acção governativa no âmbito da democracia deliberativa em Moçambique.

1.4.2. Objectivos específicos

- Descrever o papel da JOINT como liga das ONG's em Moçambique na monitoria da acção governativa;
- Indicar o papel dos actores envolvidos no processo de monitoria da acção governativa em Moçambique;
- Identificar os avanços e retrocessos na monitoria da acção governativa das OSC's.

1.5. Justificativa

Actualmente, as OSC's são cada vez mais chamadas a intervir e a actuar como verdadeiros “*watch dog*” da acção governativa, num contexto em que se anuncia a descoberta e exploração de recursos naturais no país. Compreender o papel que estas organizações podem desempenhar na fiscalização das acções do Governo foi um dos imperativos que despertou a necessidade de desenvolver este estudo.

De igual modo, a escolha da JOINT como estudo de caso deve-se ao facto de ser uma Liga das ONG's em Moçambique que promove anualmente a Conferência Nacional da Sociedade Civil para proporcionar a interacção entre as organizações nacionais e partilha de experiências, visando o fortalecimento da qualidade, relevância e cobertura das suas acções e intervenções sociais e comunitárias. E julgamos nós que este espaço configura, em particular, uma oportunidade para a busca de mecanismos e ferramentas, com vista a melhorar os processos de coordenação e intervenção, no sentido de promover nas OSC's a boa governação, transparência, prestação de contas, participação na vida pública e eficácia na provisão dos serviços públicos.

A nível social, esta pesquisa encontra a sua relevância na medida em que permite o mapeamento da actual situação das OSC's na monitoria da acção governativa em Moçambique, visando perceber como estão a ser executadas as tarefas e buscar possíveis soluções para os problemas de governação, em prol do desenvolvimento do país.

Ademais, no âmbito académico esta pesquisa irá contribuir para o aprofundamento do debate teórico sobre o papel das OSC's em Moçambique, descrevendo o estágio de sua participação em prol da boa governação, seus constrangimentos e potencialidades.

Por fim, e não menos importante, este trabalho torna-se relevante na medida em que a SC assume, normalmente, um papel importante na flexibilidade do processo de boa governação, para uma transparência na gestão da coisa pública e no domínio do “*accountability*” (ou prestação de contas), ética, responsabilidade, equidade, integridade, rigor ou imparcialidade².

² CAMBRÃO, Pedrito Carlos Chiposse, “Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique”, Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Na tentativa de compreender o debate sobre as OSC's, este capítulo foi reservado para discutir diferentes ideias ou abordagens. Neste diapasão, como ponto de partida questionamo-nos o que seria então a SC e qual seria o seu papel no debate democrático e na monitoria da acção governativa.

Recorrendo a Hegel (1917, p.80) e Marx citados por Bobbio (2000, p.80), SC é o momento que sucede a família como lugar de satisfação das necessidades, corresponde à esfera de relações económicas, e é associada ao reino das relações entre os indivíduos; ou seja, é o espaço social que foi desvinculado paulatinamente tanto do universo afectivo da família quanto ao domínio formal do Estado.

Desse modo, o novo conceito da SC difere da concepção clássica dos contratualistas³ que concebem a SC como condição sob a qual os seres humanos poderiam escapar do estado de natureza e entrar em uma forma contratual de Governo baseada na regra de lei, isto é, Sociedade Civil. No entanto, para os contratualistas a SC era o sinónimo de Estado.

Assim, se em Hegel encontramos o conceito moderno da SC em Marx se estabeleceu a relação fundamental entre o Estado e a SC, ao inverter o papel da sociedade de objecto de mudança social ou momento de realização de Estado enquanto ideia, ao agente de transformação desse mesmo Estado.

Virando as atenções para o contexto africano, percebe-se que o conceito ocidental de SC encontrou algum cepticismo na sua aplicabilidade. Apesar de reconhecer sua importância no processo de governação e de consolidação democrática, Maina (1998) afirma que o conceito de sociedade encontra dificuldade de aplicabilidade em África devido à maneira como está organizada a vida associativa dos africanos, caracterizada por uma dominação estatal predadora e pela existência de muitas formas informais de organização.

Outrossim, Bayard (1997) *apud* Lewis (2002), define a SC como o espaço político entre a família e o Estado, que compreende as ONG's, organizações de advocacia, associações de negócios, câmaras de comércio, grupos comunitários informais, grupos culturais, religiosos,

³ Autores clássicos e contratualistas, Aristóteles, J. Locke, T. Hobbes e J.J. Rousseau.

clubes desportivos, organizações de trabalhadores, organizações de estudantes, organizações juvenis, organizações comunitárias de base (OCBs), associações profissionais e *media*.

Portanto, para o presente trabalho, entende-se a SC como:

“Espaço das lutas sociais, da resistência e de construção de alternativas, exigindo uma perspectiva de democratização da sociedade, construção de novas relações políticas estruturais na sociedade” (...) “a sociedade civil enquadra-se na manifestação de uma participação democrática que renova e coadjuva a acção do Estado na promoção do desenvolvimento da protecção da sociedade (Houtart, 1998, p.1)”

Mas também, como:

“Um núcleo institucional formado por associações e organizações livres, não estatais e não económicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública, captando os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensando-as e transmitindo, a seguir, para a esfera pública” (Habermas, 1997, p.99).

De acordo com Linz e Stepan (1996, p. 25), a existência de condições para o desenvolvimento de uma SC livre e activa constitui a primeira condição para a consolidação da democracia. Portanto, é dentro deste pressuposto que procuramos direccionar o presente trabalho, ou seja, procuramos analisar o papel desempenhado pela Sociedade Civil Moçambicana no processo da monitoria da acção governativa.

2.1. As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique

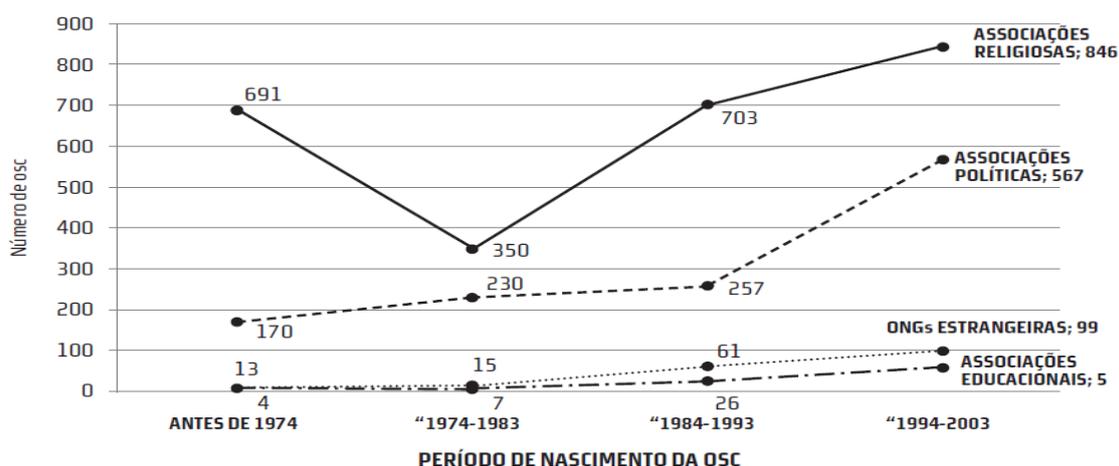
Sob o anterior regime monopartidário da Frelimo, não havia nenhuma tradição de uma SC independente em Moçambique. As OSC's eram satélites do Partido. Esta situação está a começar a mudar, mas as OSC's tendem a não adoptar um papel de forte advocacia e a sua contribuição para o debate político também não é nem aceite pelo Governo (a menos que esteja conforme a linha política do Partido Frelimo) nem forte. A Sociedade Civil permanece em grande medida orientada para/e dependente dos doadores (DFID, 2007, p. 67).

As OSC's moçambicanas constituem um complexo mosaico. Apesar de sua expansão nos últimos anos, elas não estão, contudo, isentas de problemas. De acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, existiam, no ano de 2004, 4.853 instituições sem fins lucrativos não-estatais legalmente reconhecidas em Moçambique, que se distribuía pelas diversas províncias do País.

No entender de Francisco (2010, p. 62), não é possível reconstruir estatisticamente a evolução histórica de longo prazo, mas a representação ilustrada pelos Gráficos 1 e 2, na Figura 1, capta parte significativa da evolução da SC formal, representada pelas Organizações sem Fins Lucrativos. Cerca de um quarto das organizações recenseadas em 2004/05 nasceram antes da independência, com destaque para as associações religiosas.

Após a independência observa-se uma quebra drástica das associações religiosas e a inexistência de ONG's nacionais ou estrangeiras. Mais de 40% das associações nasceram após o início da 2.^a República, sobretudo depois do Acordo Geral de Paz de 1992 e das primeiras eleições gerais multipartidárias em 1994.

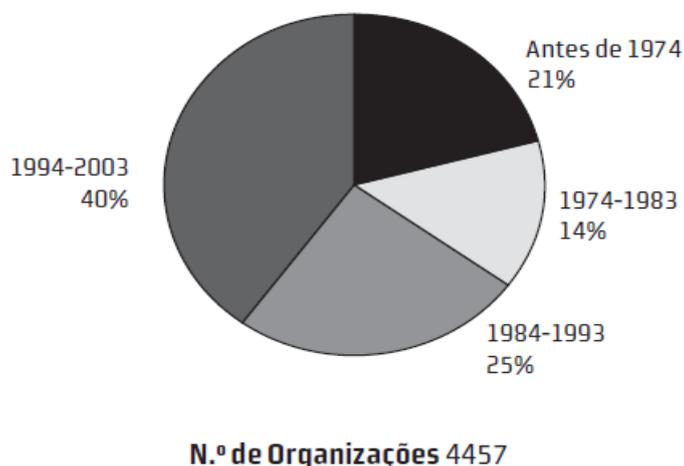
Figura 1: Organizações sem Fins Lucrativos e período de nascimento, Moçambique 2004/2005



Fonte: INE, 2006: 98 *apud*, Francisco (2010, p. 68).

Conforme a figura acima, verifica-se que antes da independência, o País tinha pelo menos 691 associações religiosas, 170 associações políticas e 13 ONG's estrangeiras. Todavia, esse número reduziu bastante no período após o alcance da independência, pois este período é considerado como período de nascimento das OSC's, o país tinha 350 associações religiosas, 230 associações políticas e 15 ONG's estrangeiras.

Figura 2: Organizações sem Fins Lucrativos, segundo período de constituição, Moçambique 2004/05



Fonte: INE, 2006: 98 *apud* Francisco (2010, p. 68)

Relativamente à distribuição das OSC's no território, o emprego por elas gerado e os fundos por elas recebidos era bastante irregular e desigual. Também, a capital do país, onde se localizavam 13% do total dessas organizações, concentrava mais da metade dos empregados do sector ao nível nacional (52% dos trabalhadores), sendo que as organizações estabelecidas na cidade recebiam cerca de 52% dos fundos destinados ao sector (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009, p. 77).

Para exemplificar, podem ser citadas algumas OSC's que mais se destacam em Moçambique: (i) Centro de Integridade Pública; (ii) Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH); (iii) Parlamento Juvenil (PJ); (iv) Grupo Moçambicano da Dívida (GMD); (v) Associação Moçambicana para o Desenvolvimento e Democracia (AMODE).

2.2. Relação entre as Organizações da Sociedade Civil e o Estado

Na tentativa de analisar a relação entre a SC e o Estado partimos da questão: que tipo de Estado existe em Moçambique? Segundo Francisco (2010, p.75), o actual Estado Moçambicano poder-se-ia caracterizar, resumidamente, como um Estado Falido, mas não um Estado Falhado. Depois da guerra civil, nas duas últimas décadas, o Estado Moçambicano tem sido capaz de evitar o Estado Falhado, pois a autoridade política e administrativa tem perdurado, foram criadas algumas instituições mais ou menos democráticas, o Governo tem conseguido

mobilizar recursos financeiros, principalmente da comunidade internacional e como membro de organismos internacionais, tais como as Nações Unidas e as Instituições de Bretton Woods, entre outras.

Não obstante, a relativa estabilidade alcançada, Moçambique continua a ser um país em risco potencial de conflitos ou perturbações sociais e políticas, visto possuir instituições bastante fracas. O actual Estado Moçambicano não é nem um Estado Liberal, nem um Estado de Bem-estar Social. Não é um Estado Liberal, porque é demasiado intervencionista, centralizador, dirigista e controlador de áreas ou activos cruciais na edificação de uma sociedade livre, no sentido liberal do termo (Francisco, 2010, p. 75).

O actual Estado é demasiado descontrolado, informalizado, irresponsável e incapaz de proporcionar segurança pública mínima e protecção social básica. O actual Estado carece de serviços públicos adequados e com cobertura regional e social satisfatória. Grande parte dos serviços públicos disponíveis mantêm-se graças ao financiamento proporcionado pelos doadores, incluindo o financiamento directo ao Orçamento de Estado, ou orientado para sectores sociais específicos (saúde, educação e infra-estruturas) Francisco (2009, pp.75,76).

Segundo Francisco (2010, p. 76), uma nota merece ser feita sobre a diferença estrutural entre as infra-estruturas e forma organizacional entre as OSC's e o actual Estado Moçambicano. Este último possui infra-estruturas organizacionais e administrativas, hierarquizadas verticalmente e sustentadas por um Orçamento Público, com direito legal de uso da força (coerção, especialmente legal). Em contrapartida, a SC possui infra-estruturas organizacionais dispersas e horizontais, dependentes de redes sociais estruturadas horizontalmente, de um orçamento doado por entidades estrangeiras ou pelo mercado e famílias, numa base voluntária. Convém ainda referir que, ao nível do senso comum, o activismo das OSC's mais proeminentes tem gerado uma ideia deturpada sobre a configuração efectiva da SCM.

2.3. A Lógica da Acção da Sociedade Civil no Processo da Governação Local

A nível internacional a SC passa a cumprir um papel relevante a nível distrital, seja participando directamente das decisões políticas; seja através de criação de grupos de pressão e influência, em busca de novas reivindicações e de significação do espaço no processo decisório governamental (Ckagnazaroff e Abreu, 2009, p. 43).

No contexto da governação local, a integração da sociedade civil requer mecanismos políticos democratizados, baseados numa descentralização administrativa e na participação activa dos cidadãos na gestão (Borja e Castells, 1997, p. 76).

Por se tratar de um poder mais próximo do cidadão, a descentralização potencia uma maior participação e responsabilização dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento local, reforçando a democracia ou pelo menos aproximando os cidadãos do centro da decisão político-administrativa. Alguns doadores partilham desta visão e objectivo da descentralização, enquanto processo potenciador de uma contínua democratização do país, de uma partilha de poder com a oposição interna e de uma maior participação e envolvimento da sociedade civil na gestão pública local (Faria e Chichava, 1999, p. 9).

As actuações da SC a nível local em Moçambique são coroadas de várias limitações que concorrem para a falta de eficácia e eficiência das suas actividades, nomeadamente (Cambrão, 2018)

- Fraca capacidade da SC de monitorar a aplicação dos fundos distritais.
- Fraca coordenação das OSC's.
- Deficientes mecanismos de produção de evidências pelas OSC's.
- Inexistência de mecanismos/acções coordenadas de advocacia.

2.4. Conceptualização

Esta secção apresenta os principais conceitos-chave para a percepção e o desenvolvimento da pesquisa.

2.4.1. Governação

Governação é geralmente entendida como um sistema de valores, políticas e instituições, através dos quais uma sociedade gere os seus negócios públicos, económicos e sociais, por via da interacção entre o Estado, a SC e o mercado/sector privado. Dito de outra forma, a Governação é o processo de tomada de decisões e o meio através do qual as decisões são ou não implementadas. Nestes termos, as instituições públicas conduzem os assuntos públicos, gerem os recursos públicos e garantem a realização dos direitos humanos. Por sua vez, a Boa Governação materializa esse fim de uma forma que é essencialmente livre de abuso de poder e de corrupção, obedecendo devidamente às normas de direito estabelecidas.

Para MASC (2010, p. 15), governação é o exercício da autoridade económica, política e administrativa para gerir os interesses do país a nível nacional, provincial, distrital e municipal.

Alcántra (1998, p. 8) utiliza o termo *Governance* para se referir à Governação. Para este autor a *Governance* é um instrumento para conceber um sistema mais efectivo de autoridade e regulação no quadro da economia global, o que aventa ser a pré-condição para a sobrevivência da democracia nos Países em vias de Desenvolvimento (PvDs). Esta autora concebe governação como a reinterpretação da agenda neoliberal para as instituições internacionais apoiarem o investimento público-privado nos PvDs.

Por sua vez, Pereira (1998, p. 40) defende Governação como um Estado, quando seu governo tem as condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma.

Já para Gonçalves (2011, p. 2), a Governação evidencia-se como meio e processo capaz de produzir resultados eficazes. Noutras palavras, a governação refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais - que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, a definição do Mix apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas.

2.4.2. Organizações da Sociedade Civil

A Sociedade Civil pode ser entendida, em primeira instância, como o conjunto das organizações e instituições que aparecem de forma voluntária com os mesmos objectivos. Assim, entende-se por SC a arena da sociedade da família, do mercado e do Estado, onde as pessoas se associam para realizar interesses, não só interesses comuns, mas também aspirações e interesses particulares ou mesmo privados.

Porém, de acordo com Serra (2001), quando se fala de SC faz-se alusão a um conjunto de instituições e actores vivendo à margem de um Estado definido como privador por uns e como redistribuidor por outros.

Entretanto, outros autores não olham para a SC como Serra (2001) a par do Estado, mas, sim, veêm-na como parte do Estado que se preocupa com a elaboração do consentimento, não com a coerção ou com o domínio formal. São consideradas como instituições da SC as igrejas, as escolas, os sindicatos e outras organizações através das quais a classe dominante exerce a sua hegemonia sobre a sociedade (Gramsci, 2004)

Houtart (1998) é um desses autores. Este define a SC sob três perspectivas: não-analítica ou angélica, pré-analítica burguesa e a analítica popular.

Na perspectiva não-analítica, a SC seria composta por organizações geradas pelos grupos sociais geralmente fragilizados, por ONG's, pelo sector não mercantil da economia e pelas instituições de interesse comum, educativas e de saúde; este tipo de SC é vista como uma espécie de terceiro sector, ao lado do Estado, autónomo e susceptível de fazer oposição.

No que concerne à perspectiva burguesa, a SC é vista como um elemento essencial da sua estratégia de classe, sendo o lugar de desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e o espaço de desenvolvimento das liberdades, a principal das quais é a liberdade de empresa.

Por fim, na perspectiva analítica popular, a SC é o espaço das lutas sociais, da resistência e da construção de alternativas, exigindo uma perspectiva de democratização da sociedade, da construção de novas relações económicas, sociais, políticas e estruturais na sociedade, passando por um elevado nível de negociação entre os elementos estruturantes da sociedade. Esta perspectiva destaca a ideia de que a SC enquadra-se na manifestação de uma participação democrática que renova e coadjuva a acção do Estado na promoção do desenvolvimento e protecção da sociedade.

De uma forma geral, Houtart (1998) vê a SC como uma entidade intermédia entre a esfera privada e o Estado; a SC distingue-se igualmente da sociedade no geral, dado que ela envolve cidadãos que, organizados colectivamente na esfera pública, expressam os seus interesses, paixões, ideias, trocando informação, fazendo pressão ao Estado e exigindo a prestação de contas aos funcionários públicos.

2.4.3. Monitoria

Para Sousa (2013, p. 6), a origem etimológica da palavra monitoria vem do latim *monitum* e significa aquele que dá conselho, que faz pensar, que adverte, que lembra. Segundo MASC (2010, p. 81), monitoria é um processo que ocorre em simultâneo com a execução das actividades do projecto.

Mais do que recolher dados, a monitoria constitui um instrumento através do qual se desenvolve um processo sistemático de acompanhamento, recolha, registo e análise de factos e informações sobre o processo de concepção, planificação e implementação de certos programas ou projectos políticos, económicos e sociais (Canhanga, 2009, p. 84).

Segundo Canhanga (2009, p. 84), o processo de monitoria garante a eficiência e a eficácia do processo governativo, baseando-se nas metas definidas durante o processo de planificação de um projecto ou programa e ajuda a controlar os níveis de perfeição ou imperfeição no decurso de implementação dos planos ou acções predefinidos.

2.5. Teoria de Base

Nesta fase do estudo, proceder-se-á a apresentação, de forma sucinta, do quadro teórico que vai orientar o trabalho, bem como os principais conceitos a serem tomados em consideração ao longo deste.

2.5.1. Teoria da Democracia Deliberativa

Este estudo baseia-se na perspectiva da democracia deliberativa inspirada nas proposições de Habermas (1995), que assenta no diálogo entre os actores estatais e a SC por meio de espaços deliberativos. A democracia deliberativa é entendida aqui, segundo Speer (2012), como formas deliberativas de tomada de decisão que privilegiam cooperação, debate público e colectivo para a promoção do bem comum.

A Teoria da Democracia Deliberativa é uma proposta que visa criar uma opção entre as concepções liberal e republicana de democracia, que têm entre si como diferença o papel atribuindo ao processo democrático. A discussão comparativa entre essas duas concepções acontece na política dos EUA onde comunitaristas/republicanos divergem dos liberais (Habermas, 1995).

Assim, a democracia deliberativa é uma tentativa de harmonização entre duas correntes: republicanos e liberais (Habermas, 1995; 2003; 2010a; Elster, 2001).

Na concepção liberal, a função do processo democrático é programar o Estado como aparato de administração pública e a sociedade como sistema estruturado em torno de uma economia mercadológica em que se relacionam pessoas privadas na realização de seu trabalho social. A vontade política dos cidadãos é formada com o objectivo de impor seus interesses sociais privados diante do aparato estatal, que é altamente especializado no uso administrativo do poder político para garantir interesses e fins colectivos. A concepção republicana, por outro lado, vê a política como algo mais do que instrumento de mediação; pressupõem que ela (a política) é um elemento constitutivo fundamental do processo de formação da sociedade em sentido amplo. A política é uma forma de reflexão sobre a complexidade da vida ética e é por

ela que os membros de comunidades solidárias tomam consciência da dependência mútua que os une, e também que determina relações de reconhecimento recíproco entre sujeitos portadores de direitos que são livres e iguais (Habermas, 1995).

Na concepção republicana, o espaço público e político e a SC, como sua infra-estrutura, assumem um significado estratégico. Eles têm a função de garantir a força integradora e a autonomia da prática de entendimento entre os cidadãos (Habermas, 1995, p. 40).

Para Habermas (1995), a concepção republicana tem a vantagem de adotar uma postura de democracia radical, no sentido de auto-organização da sociedade pelos cidadãos que se comunicam entre si e não por arranjos entre interesses privados conflitantes.

Contudo, tem a desvantagem do excesso de idealismo, pois fica presa à ideia de cidadãos que se orientam para o bem comum. Habermas adverte que a política não se constitui somente, e nem mesmo primariamente, de questões relativas à autocompreensão ética dos grupos sociais. O erro consiste em um estreitamento ético dos discursos políticos (Habermas, 1995, p. 44).

Habermas (1995), passa a expor e defender uma terceira via de construção democrática, apoiada em condições de comunicabilidade nas quais o processo político possa ter a pretensão de alcançar resultados racionalmente justificados, já que, nessas condições, o “modo e o estilo da política deliberativa realizam-se em toda a sua plenitude” (Habermas, 1995, p. 45), e então afirma que:

Se convertermos o modelo procedimental de política deliberativa no núcleo normativo de uma teoria da democracia produzem-se diferenças tanto com respeito à concepção republicana do Estado como uma comunidade ética quanto com respeito à concepção liberal do Estado como protetor de uma sociedade centrada na economia. (Habermas, 1995, p. 45).

Assim sendo, a teoria discursiva se utiliza de elementos de ambas as concepções (liberal e republicana) e os integra num procedimento ideal de tomada de decisões políticas democráticas relacionando considerações pragmáticas, discursos de autocompreensão, compromissos de interesses, questões de justiça, fundados no pressuposto de atingir assim resultados racionais e equitativos na vida colectiva.

Do exposto acima, compreende-se que a democracia deliberativa, para Habermas, constitui-se a partir de conjuntos de procedimentos e de actos, que tenham por base o discurso e a deliberação racional. O que determina a legitimidade é o processo de tomada de decisões

políticas, frutos de discussão pública ampla e igualitária em que os participantes, interessados directa e indirectamente, os concernidos possam debater o tanto quanto venham julgar necessário a partir dos argumentos válidos e reconhecidos, a fim de que as decisões obtidas sejam assumidas por todos e todas como suficientemente correctas e frutos de consensos em vista de interesses comuns à existência colectiva. A democracia deliberativa fundamenta-se racionalmente e isso significa a utilização da deliberação ou discurso por parte dos cidadãos como participação política.

Conforme a teoria de Jurgen Habermas, o objectivo da política deveria ser o do acordo racional em vez do compromisso, e o acto política decisivo é aquele de se engajar no debate público com a finalidade do surgimento do consenso (Elster, 2001, p. 223).

2.5.2. Aplicabilidade da Teoria da Democracia Deliberativa na Pesquisa

Os pressupostos teóricos avançados por Habermas (1995), são relevantes para esta pesquisa na medida em que ele considera a SC como grupos que se compõe de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas e os transmitem para a esfera pública política. As estruturas associativas constituem núcleos institucionais que não se confundem com o Estado nem com o mercado.

Habermas concebe a SC sob dois aspectos: sistema e mundo da vida. Sistema, na visão de Habermas, é composto por esferas sociais racionalizadas, isto é, é formado por colectividades, associações e organizações especializadas em determinadas funções, que ele chama de sistemas de acção funcionalmente especializadas (como, por exemplo, as academias, grupos de escritores, grupos de interesse como protecção dos animais, do meio ambiente) (Habermas, 1997, p. 86-87). As OSC's correspondem a grupos que se interpõem entre a administração pública e a organização privada. Já o mundo da vida corresponde à esfera privada que forma uma rede de acções comunicativas; o núcleo do mundo da vida caracteriza-se pela intimidade, protegidos da publicidade (Habermas, 1997, p. 86).

Portanto, interpretando os escritos de Habermas, pode-se afirmar que a SC, como organismo complexo e sofisticado que ancora as estruturas de comunicação da esfera pública, exerce funções primordiais. Afirma-se que a SC é um organismo dinâmico, constituído não só de pessoas privadas, mas também de associações, organizações e movimentos sociais com características formais e, como tal, deve pautar-se por uma cultura de política livre. Por isso, argumenta-se que um dos papéis mais importantes da SC será o de fortalecer a democracia.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O conhecimento dos métodos é de capital importância para o conhecimento dos caminhos que a pesquisa vai trilhar. Neste capítulo, faz-se a apresentação dos procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa, começando pelo conceito de método.

Para Ruiz (2002, p. 78) “método é o conjunto de normas-padrão que devem ser satisfeitas, caso se deseje que a pesquisa seja tida por adequadamente conduzida e capaz de levar a conclusões merecedoras de adesão racional”.

Para Marconi e Lakatos, (2001), “é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta de toda acção desenvolvida no método (Caminho) do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado (entrevista, questionário, inquérito entre outros), do tempo previsto da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados”.

3.1. Tipo de Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, recorreremos à pesquisa qualitativa. Portanto, esta pesquisa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adoptam as abordagens qualitativas opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria, (Chizzotti, 1995, p. 78).

Nesta pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa porque visa interpretar, descrever e compreender o papel das OSC's na monitoria da acção governativa em Moçambique, através da recolha de opiniões, de percepções e de sentimentos, etc, dos membros das OSC's.

A abordagem qualitativa tem, na sua essência, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 272), as seguintes características: a fonte directa dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados e que a análise dos dados é feita de forma indutiva. A maior preocupação neste tipo de abordagem é fazer a descrição e a interpretação dos participantes e dos dados, respectivamente, assim como compreender as percepções do mundo bem como o significado que os entrevistados atribuem às suas experiências.

Com base na abordagem qualitativa, a investigadora deslocou-se ao local dos participantes a fim de recolher dados. A abordagem qualitativa baseou-se principalmente em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos participantes.

3.1.1. Quanto à Natureza

Sob o enfoque da natureza, aplicou-se pesquisa básica. Para Gil (1999), a pesquisa básica aglutina estudos que tem como objectivo completar uma lacuna no conhecimento. A pesquisa básica objectiva gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, busca gerar verdades, ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados. Não tem, todavia, compromisso de aplicação prática do resultado. Por isso, através dessa pesquisa pretende-se obter alguns conhecimentos no que concerne ao papel da SC no âmbito da monitoria da acção governativa.

3.1.2 Quanto aos Objectivos

Quanto aos objectivos, a pesquisa é descritiva. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa, segundo Selltiz et al. (1965), busca descrever um fenómeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

Vergara (2000, p. 47), argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenómeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". Este autor cita como exemplo a pesquisa de opinião.

Assim, considerando os pressupostos acima, nesta pesquisa pretende-se descrever "com exatidão" os factos e fenómenos relativos ao papel da SC na monitoria da acção governativa em Moçambique.

3.2. Métodos de Pesquisa

3.2.1. Método de Abordagem

O método de abordagem escolhido é o hipotético-dedutivo. Este método foi definido por Karl Popper, a partir de suas críticas ao método indutivo. Para ele, o método indutivo não se justifica, pois, o salto indutivo de “alguns” para “todos” exigiria que a observação de factos isolados fosse infinita. O método hipotético-dedutivo pode ser explicado a partir do seguinte esquema:

Problema→*Hipóteses*→*Dedução de consequências observadas*→*Tentativa de falseamento*→*Corroboração/confirmação*.

Quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto são insuficientes para explicar um fenómeno, surge o problema. Para tentar explicar o problema, são formuladas hipóteses; destas deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Quando não se consegue derrubar a hipótese, tem-se sua corroboração; segundo Popper, a hipótese se mostra válida, pois superou todos os testes, porém ela não é definitivamente confirmada, pois a qualquer momento poderá surgir um facto que a invalide.

Segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 106), o método hipotético-dedutivo é aquele que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e pelo processo de inferência dedutiva, testa-se a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pelas hipóteses.

No presente estudo, concebeu-se hipóteses relativas ao problema em estudo e considerando os pressupostos desta abordagem foram desenvolvidas investigações no terreno que auxiliaram a pesquisadora a trazer a verdade à tona, e assim confrontadas as deduções sobre o problema.

3.2.2. Método de Procedimento

Nesta pesquisa optamos por um estudo de caso por julgar a necessidade de estudar de forma aprofundada o papel das OSC's na monitoria da acção governativa em Moçambique.

Segundo Yin (2009, p. 18), um estudo de caso é importante por ser “um trabalho empírico que investiga um fenómeno particular com profundidade tendo em conta o contexto social, particularmente, quando as barreiras entre o fenómeno e o contexto não estiverem claramente

evidentes”. Para Yin (2009), o estudo de caso permite ao investigador reter as características essenciais dos eventos do contexto social, tais como: desempenho escolar, processos organizacionais e de gestão e comportamentos de pequenos grupos.

3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados

3.3.1. Pesquisa Bibliográfica

De acordo com Gil (2008, p. 69), pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográficas, assim como certo número de pesquisa desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Usamos a pesquisa bibliografia pelo facto de permitir ao investigador a colecta de dados mais do que aquilo que poderia pesquisar directamente, isso porque, mesmo que os dados estejam dispersos, porque também esta pesquisa é indispensável nos estudos históricos.

3.3.2. Pesquisa Documental

É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectos de pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivo, igrejas, sindicatos, instituições), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas, (Gil, 2008).

3.3.3. Entrevista

Segundo Gerhardt et al (2009, p.72), entrevista é uma técnica alternativa para se colectar dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interacção social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informações. A entrevista do carácter exploratório é relativamente estruturada, já a colecta de informações é altamente estruturada.

A recolha de informação relevante para este estudo aconteceu em dois momentos a saber: no primeiro momento, realizaram-se entrevistas exploratórias com vista a captação de percepções

dos vários actores da SC; no segundo, foram realizadas três entrevistas com alguns académicos entendedores da matéria com vista a subsidiar as nossas informações.

3.4. Participantes do Estudo

Segundo Meneses e Silva (2001: 32), “população ou universo da pesquisa é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”.

Do ponto de vista de Lakatos e Marconi (2009, p. 61), “Universo ou população é um conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. A delimitação do universo consiste em apresentar que pessoas ou coisas ou fenómenos serão pesquisadas, enumerando suas características comuns”.

De acordo com os pressupostos acima, a pesquisa teve como grupo-alvo as OSC’s integradas na JOINT⁴. Neste caso, dessas OSC’s obtivemos informações através da Comunidade Moçambicana de Ajuda- CMA e KULIMA⁵.

3.4.1. Amostra

Segundo Lakatos e Marconi (2009), “amostra constitui uma porção ou parcela, convenientemente seleccionada do universo ou população; é um subconjunto do universo”. Neste contexto, foi tomada como base duas OSC’s que fazem parte da JOINT.

Assim sendo, uma parte da amostra de 4 (quatro) membros dessas OSC’s foram seleccionados pelo método de amostragem por conveniência. Este método permitiu, primeiro, identificar o grupo-alvo conhecedor do assunto a inquirir. Este tipo de amostragem foi utilizado para minimizar os custos de pesquisas.

A selecção de 2 (dois) académicos foi realizada com recurso a métodos de amostragem “intencional” e por “acessibilidade”. Estes métodos facilitaram a pesquisadora para entrevistar

⁴ A JOINT integra diferentes OSC a nível nacional, dentre outras podemos destacar a AMODECA, CMA, LADC, KULIMA, MCM, FORCOM, SEKELEKANI, CTV, WLSA, etc. Para efeitos dessa pesquisa seleccionou-se duas OSC, sendo a KULIMA e CMA.

⁵ A KULIMA nasceu em 1984 em ligação com uma ONG francesa (Bioforce) no período da Guerra Civil epaio aos refugiados, a fim de criar para eles condições de reassentamento definitivo em áreas mais propícias. Á 3 de maio de 1990, a KULIMA vem a ser reconhecida pelo então Ministério de Cooperação, como uma ONG Nacional. E, em 1995, foi reconhecida juridicamente pelo Ministério da Justiça, para operar oficialmente em todo território nacional.

os elementos da amostra que eram acessíveis naquele momento e que possuíam informações pertinentes ao estudo.

Referindo-se ao método “intencional”, Marconi & Lakatos (1992, p. 52), argumentam que o pesquisador não contacta qualquer indivíduo, mas àquele que, segundo seu entender (pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social), exerce as funções de líder de opinião na comunidade.

3.5. Método de Análise dos Dados

Para permitir a compreensão dos dados, foram aplicados os métodos de análise de conteúdo. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis. Em conformidade com este autor, nesta pesquisa, o método de análise de conteúdo foi aplicado para analisar as questões das entrevistas de modo a permitir melhor compreensão das atitudes e comportamentos dos respondentes diante do tema em estudo.

Visto que os dados desta pesquisa foram obtidos usando três fontes, nomeadamente, análise documental, bibliográfica e entrevistas, de acordo com Yin (2009), esta combinação de múltiplas fontes de dados na construção de um estudo de caso, permite considerar um conjunto mais diversificado de temas de análise e em simultâneo certificar o mesmo fenómeno, recorrendo a triangulação como estratégia com vista a construção de uma informação única.

Os dados das entrevistas foram analisados qualitativamente. Essa análise consistiu no agrupamento das questões que se relacionam em termos de conteúdo e os resultados foram discutidos e descritos também de forma qualitativa, não envolvendo a visualização de percentagens nem médias dos entrevistados.

Em pesquisas qualitativas, tal como descreve Minayo (1992), o procedimento mais utilizado é o de análise de conteúdo por meio da leitura das descrições do princípio ao fim, para se ter o sentido do todo através de um processo de reflexão.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1. Breve Apresentação do Processo de funcionamento da Liga das ONG's em Moçambique – JOINT

A Liga das ONG's em Moçambique – JOINT - é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 2007 e oficializada em 2008, com o papel de congregar as OSC's que se dedicam à promoção dos direitos e das liberdades dos cidadãos e promoção do desenvolvimento socioeconómico de Moçambique (JOINT, 2015, p. 15)

É um fórum criado para promover a coordenação, articulação, disseminação de informação e troca de experiências entre as OSC's no País em assuntos ligados à promoção da boa governação. Esta rede pretende reactivar os mecanismos de Informação, Formação e Comunicação das dinâmicas da Sociedade Civil Moçambicana, tornando-se num instrumento que valorize as capacidades organizacionais dos seus membros e está aberta à participação das OSC's (associações, fóruns, fundações, organizações comunitárias de base, programas de responsabilidade social das empresas), nacionais ou estrangeiras (JOINT, 2015, p. 16).

4.1.1. Missão

A JOINT tem como missão ligar e fortalecer as instituições da SC com vista a melhorar a acção colectiva para o bem comum e diálogo com o governo e com o sector público.

4.1.2. Visão

Uma SC activa, engajada e comprometida com a qualidade e eficácia das suas acções em prol da inclusão social, do desenvolvimento socioeconómico e do bem-estar.

4.2. O papel da JOINT como liga das ONG's em Moçambique na Monitoria da Acção Governativa

Em Moçambique, as OSC's enfrentam desafios fortes relacionados com os processos de coordenação, trabalho em rede e intervenção cada vez mais vibrante, conducentes à boa governação, transparência, prestação de contas, participação na vida pública e melhorias da oferta dos serviços públicos. Com base nesses desafios, esta parte do trabalho apresenta o papel e as principais realizações da Liga das ONG's em Moçambique - JOINT na monitoria da acção governativa.

Como se fez menção, um dos objectivos da JOINT é a promoção da cultura de diálogo aberto à cooperação e coordenação entre os seus membros e o Governo; bem como com os seus doadores e outras instituições envolvidas em programas de desenvolvimento do país. A respeito desse objectivo, os depoimentos recolhidos nosos entrevistados revelaram que:

a JOINT está a cumprir com os seus objectivos, mas precisa, claro, de melhorar. Precisa de intervir mais, através das suas plataformas, na questão do acesso à informação, por exemplo. Mais do que se informar, as pessoas precisam certificar se tal informação é fiável⁶.

A mesma opinião foi partilhada por uma outra entrevistada que entende que:

as organizações internacionais olham para o nosso trabalho e reconhecem o esforço que está a ser empreendido para contribuir no melhoramento das OSC's em Moçambique. Essa é uma conquista que mais do que nos fortalecer, encoraja-nos a continuar a envidar esforços para que cada vez mais estejamos a atingir níveis mais altos⁷.

Ainda neste âmbito, os dados da nossa entrevista com o coordenador executivo da JOINT permitiram constatar algumas vitórias da JOINT, das quais podemos identificar as que se seguem:

Em 2013, a JOINT facilita a criação de um espaço introspectivo das OSC's moçambicanas denominado por Conferências da Sociedade Civil Moçambicana, tendo sido realizadas três sessões, 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Cada uma das sessões, dentre vários aspectos debatidos, procurou concertar estratégias de interacção e participação na monitoria da governação, nas mais diversas áreas. Em 2014, a sessão aprova um código de princípios de conduta e ética das OSC's - um mecanismo autorregulador das OSC's com vista a melhorar o seu ambiente interno de governabilidade.

Em 2015, a sessão discutiu assuntos ligados ao Governo e à Comunidade Doadora, bem como os espaços de diálogo e participação alternativos aos formais, para melhor coordenação, responsabilização e prestação de contas.

Relativamente à eficácia do funcionamento das organizações civis em Moçambique, os nossos entrevistados foram unânimes ao afirmar que existem certas barreiras e desafios que impedem o funcionamento eficaz dessas organizações no processo da monitoria da acção governativa.

⁶ Entrevista com Domenico Liuzzi, Membro da JOINT. Data: 12 de Março de 2021.

⁷ Entrevista com Maria Helena, Presidente do CMA e Membro da JOINT. Data: 14 de Março de 2021)

Um dos nossos entrevistados citou o estudo “Avaliação Nacional do Ambiente de Actuação de OSC’s em Moçambique - ENNA” realizado em 2015, que teve as seguintes conclusões:

A prevalência de sérios desafios para o funcionamento das OSC’s em Moçambique, visto que, em geral, o ambiente não pode ser considerado favorável para a intervenção da OSC.

O estudo citado pelo nosso entrevistado recomenda, dentre vários aspectos: i) a revisão urgente da Lei das Associações, Lei 8/91; ii) a criação de uma arquitectura de financiamento mais equitativo para as OSC’s; iii) tornar a legislação sobre a liberdade de expressão e de reunião pacífica efectivamente conhecido e aplicada em conformidade. Há sensivelmente cinco anos, as OSC’s em Moçambique começaram a despertar para a necessidade de reforçar a monitoria e advocacia de políticas públicas na perspectiva do Orçamento Público. Daí a criação do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), actualmente coordenado pelo CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil, plataforma composta por OSC’s da qual a JOINT faz parte.

De acordo com um estudo feito pela JOINT, em 2013, sobre a avaliação conjunta do apoio a participação da SC no diálogo sobre políticas, constatou-se que, apesar da lei existente dar um novo impulso ao surgimento de um grande número de associações e organizações não governamentais, há, porém, vários desafios que impedem o funcionamento e o crescimento das OSC’s. Dentre esses desafios são dignos de menção:

O fraco desempenho das instituições judiciárias (o facto da lei de associações, actualmente em vigor, não corresponder à dinâmica de uma SC em crescimento, no que diz respeito ao registo); os tipos de OSC’s e a tributação são outros desafios. As partes interessadas da SC estão, por isso, a fazer pressão para que seja aprovada uma nova lei. Foi discutida entre OSC’s, em 2010, uma proposta de lei, que foi apresentada à Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Sociais, em setembro de 2010, e ao Ministério da Justiça, em novembro de 2010. Não houve, até agora, nenhuma reacção oficial a essa proposta (JOINT, 2013, p. 30).

Para além desses desafios, o estudo revela que, por lei, as OSC’s são obrigadas a estar ligadas a um órgão do Governo (o ministério de um sector), dado que o Governo considera que as OSC’s são sobretudo organizações de prestação de serviços que apoiam a execução de programas governamentais nos vários sectores. Para obter o registo formal, as OSC’s que trabalham com questões de governação estão cada vez mais a ser pressionadas para ficarem ligadas a um ministério ou a um sector específico. Constitui também um grande problema o

facto de que a maioria das OSC's, particularmente as sediadas ao nível provincial e distrital, longe da cidade de Maputo, enfrentarem obstáculos burocráticos ao registarem-se junto do Governo. Isto tem implicações directas para a elegibilidade das OSC's para o acesso a fundos. O registo requer processos trabalhosos de apresentação de documentação, que implicam longas viagens às capitais do distrito ou da província, custos e, muitas vezes, atrasos que podem eventualmente levar à desqualificação⁸.

Além da existência de legislação explícita sobre fundações e associações de produtores agrícolas, a actual legislação relativa às associações não faz distinção entre os tipos de OSC's. As organizações de ajuda mútua são postas no mesmo grupo que as organizações de beneficência e as que se dedicam à prestação de serviços, advocacia e política⁹.

Assim, a respeito desse assunto o nosso entrevistado comentou que

as associações com fins económicos (associações de produtores agrícolas) têm de satisfazer menos exigências e têm, por conseguinte, mais fácil acesso ao registo. Uma pessoa pode questionar-se por que tem de ser o Governo e não o poder judiciário a aprovar o registo das outras associações¹⁰.

Ademais, a avaliação feita pela JOINT revelou que a falta de conhecimento dos direitos, da legislação e dos procedimentos, no que diz respeito às associações, é um problema geral entre OSC's e funcionários públicos, o que limita a actuação destas, e, em muitos distritos, não estão a ser seguidos os procedimentos legais. A ignorância das leis deve-se também, em parte, ao facto de estas só estarem disponíveis em Português e não estarem traduzidas para as línguas locais. O incumprimento e a ignorância das leis são caracterizados pelo sistemático desrespeito de prazos para aprovação de documentos oficiais, tanto a nível nacional como ao nível das províncias, distritos e postos administrativos.

Quando questionamos sobre relações Estado/Governo e as OSC's, os depoimentos recolhidos, nesta dimensão, dão conta que as relações entre o Estado/Governo e as OSC's são operacionalizadas com base na Constituição da República (CRM, 2004), no espírito da participação do cidadão e das organizações sociais no processo de democratização e na vida política do País.

⁸ JOINT, Op cit. 2013, p. 30

⁹ Estudo realizado pelal FDC (2008) sobre o Índice da Sociedade Civil, Moçambique 2007. (“Avaliação da Voz dos Cidadãos e da Prestação de Contas”)

¹⁰ Entrevista com Simão Tila, coordenador executivo da JOINT. Data: 14 de Março de 2021.

Como se pode depreender, os depoimentos do nosso entrevistado mostram que a participação das OSC's em actividades de acção governativa, não está, no entanto, explicitamente prevista em Lei específica, mas o Estado e o Governo têm criado e estabelecido espaços de participação, onde as OSC's dialogam e influenciam processos de tomada de decisão. Nesta dimensão, apontam-se como principais fraquezas e desafios, o clima de desconfiança que tem caracterizado as relações entre o Governo e OSC no seu todo, embora haja exemplos encorajadores de progressos alcançados no fortalecimento destas relações.

4.3. O Papel dos Actores Envolvidos no Processo de Monitoria da Acção Governativa

As entrevistas com o coordenador executivo da JOINT confirmaram a importância da participação da SC na monitoria da acção governativa. Nos seus depoimentos, este afirma que:

a população, em geral, reconhece o processo de representação e seu papel como canal de informação. A colaboração, no entanto, nem sempre é considerada fácil e as autoridades distritais queixam-se de falta de informação por parte das OSC's sobre planos e realização de actividades. Muitas vezes, as autoridades governamentais locais consideram que o papel de OSC's é sobretudo o de agentes implementadores de planos de desenvolvimento local e que as iniciativas de advocacia resultam de as OSC's não compreenderem o seu papel no desenvolvimento local. Neste contexto, é importante realçar que o diálogo sobre políticas como processo interactivo e recíproco não tem se notado ao longo da monitoria da acção governativa, pois o trabalho das OSC's com a administração local tem sido um diagnóstico unívoco dos problemas da SC e não um diálogo.

De acordo com as declarações do nosso entrevistado¹¹, as OSC's são chamadas simplesmente para a monitoria da acção governativa, mas não de forma efectiva. Sobre o mesmo tópico, outros entrevistados foram unânimes ao afirmar que a monitoria é um processo em que todas organizações envolvidas devem assumir o seu papel, compreender a responsabilidade que têm como SC, envolvendo-se em todas as partes dos actos de monitoria da acção governativa.

No que se refere ao envolvimento e engajamento das OSC's, pode-se conjecturar, deste modo, que não se tem notado muito interesse e tomada de iniciativa por parte de algumas OSC's em fazer parte da JOINT e participar dos processos de monitoria de acção governativa. Se estas não são convidadas, não procuram saber o ponto de situação do processo de monitoria da acção governativa.

¹¹ Entrevista com Simão Tila, coordenador executivo da JOINT. Data: 14 de Março de 2021.

Os dados indicam que, muitas das vezes, o que acontece é que organizações mais fortes¹², as melhores equipadas em termos de recursos humanos e financeiros, trazem documentos já elaborados para serem ratificados pelas mais fracas (em termos de recursos humanos e financeiros) e no final fala-se de um projecto colectivo. As organizações mais fortes têm participado de forma mais activa, como reiterou um dos entrevistados, e as organizações menos equipadas têm uma participação passiva. Isto é, participam nas sessões como observadores.

O nosso entrevistado fez ainda a questão de frisar que a maior parte das OSC's nacionais são fracas em termos de recursos humanos e financeiros, o que se reflecte no nível de envolvimento destas na monitoria da acção governativa.

Esta situação demonstra a grande fragilidade de poder decisório e monitoria da acção governativa que estas organizações apresentam. Senão, vejamos: para que se possa fazer parte de um processo de monitoria de algumas políticas públicas, por exemplo, é necessário que se perceba o processo como um todo; e algumas OSC's têm mostrado que não percebem o processo em que estão envolvidos, daí que o seu envolvimento tem sido reduzido e pouco tem sido o seu contributo na influência de tomada de decisão governativa.

À luz da literatura, a questão acima descrita é explicada por uma das teorias que orienta o trabalho - a Democracia Participativa - que tem em vista a participação dos cidadãos no bem da "res publica". Por outras palavras, é a participação no processo político para influenciar a formulação das políticas sociais, a receptividade do Governo às demandas da população e à transparência com que trata os assuntos que são indicadores da qualidade da democracia (Dahl, 1992). A Democracia Participativa é, portanto, o reconhecimento da importância da participação directa dos cidadãos a partir de uma articulação entre Estado e SC para a criação de espaços de resolução através de mecanismos de democracia liberal representativa.

No ponto concernente à problemática, referiu-se que as OSC's nacionais sem recursos financeiros, enfrentam constrangimentos vários e necessitam de capacitação em termos de recursos humanos para o desenvolvimento das suas actividades. Segundo os entrevistados *falar sobre participação das OSC's, significa falar de autonomia das organizações/pessoas nos seus discursos, que as pessoas tenham discursos próprios*. No entanto, observa-se que algumas OSC's não têm esta capacidade e a algumas destas organizações falta a formação na matéria.

¹²O que dita se uma organização é forte ou não é a abrangência geográfica e o volume de fundos geridos.

Segundo os entrevistados, algumas OSC's têm protagonismo porque, de alguma forma, um de seus membros está ligado/filiado a alguma agremiação política (direito que lhe assiste).

Como se pode notar, existe alguma resistência por parte de alguns funcionários de governos distritais em trabalhar com OSC's, na medida em que os primeiros acham que quem deve prestar contas são as OSC's ao Governo e não o contrário, confirmando a ideia apresentada no RNDH (2005:76). Por outro lado, a natureza abrangente da SC torna-a heterogénea. E numa sociedade relativamente jovem como a moçambicana, o seu papel apresenta numerosas zonas de penumbra e os objectivos que pressegue, não raras vezes, assumem contornos de conflitualidade quer entre as próprias OSC's, quer entre estas e o Governo.

Todavia, constatamos que a corrupção, que muitas vezes é associada à falta de controlo e fiscalização dos três ramos do Governo, a transparência e o acesso limitado à informação, a responsabilidade mínima de funcionários eleitos e uma cultura de impunidade, em que a corrupção persiste porque ela é vista como uma actividade de baixo risco e de alta recompensa, são alguns dos aspectos apontados pelos nossos entrevistados.

O envolvimento da Liga das ONG's em plataformas das OSC's ao nível da região (o Conselho das Organizações da Sociedade Civil da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC-CNGO) e ao nível internacional (o Fórum Internacional das Plataformas Nacionais - FIP; o Affinity Group of National Associations - AGNA; a Aliança Mundial para a Participação Cidadã CIVICUS, entre outras), é uma estratégia que se prende na busca de parcerias de trabalho em rede, com vista a fortalecer as acções de advocacia ao mais alto nível, quando ao nível local estas se mostram limitadas (JOINT, 2013, p.19).

4.4. Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas Governativas

A monitoria da acção governativa, no nosso entender, pode efectivar-se com a participação activa das OSC's. Todavia, as constatações empíricas revelam o contrário, pois a participação da SC no diálogo sobre políticas é cada vez mais dificultada por um ambiente político hostil e muitas vezes intimidatório. O exercício da liberdade política está muito limitado por causa das ameaças feitas por autoridades governamentais - situação agravada pelo fraco desempenho dos órgãos judiciais. Por conseguinte, os cidadãos e a SC consideram as instituições políticas intolerantes ao diálogo e à discordância. A limitação não é legal nem formal, mas consiste antes em constrangimentos e formas de intimidação social e psicológica que produzem sentimentos de inibição, medo de represálias e desconforto emocional. A quase total restrição no acesso à

informação e as práticas intimidatórias utilizadas pelas autoridades governamentais, principalmente ao nível do governo local, vêm aumentar o medo das partes interessadas da SC em participar no diálogo sobre políticas e, conseqüentemente, a monitoria da acção governativa¹³.

Os nossos entrevistados confirmaram que:

Os actores da SC são frequentemente acusados de pertencerem à oposição e são, por conseguinte, “ilegalizados”. Num ambiente em que o mercado é dominado pela elite política do partido do Governo, são raras as alternativas que poderiam permitir escapar à marginalização¹⁴.

O estudo da JOINT (2013, p.35), revela que o diálogo sobre políticas em Moçambique é fortemente influenciado pelo ambiente da política partidária. Apesar de estarem oficialmente criadas condições estruturais para a SC ter mais espaço de actuação, nos últimos cinco anos a convivência da SC e do Governo tem vindo a ser cada vez difícil. Existem instituições que apelam ao pleno exercício da cidadania, e há um enquadramento jurídico-constitucional da liberdade de expressão e de associação, apoiado por um discurso de promoção da participação. Todos esses elementos, porém, são postos em causa por uma prática que impõe barreiras ao exercício dessas liberdades.

4.5. Estratégias usadas pelas OSC's na Monitoria da Acção Governativa

Na tentativa de compreender as principais estratégias usadas pelas OSC's na monitoria da acção governativa, constatámos que, dentro dos espaços criados e/ou conquistados, as OSC's têm escolhido estratégias diferentes de participação na monitoria da acção governativa – directo e/ou indirecto, formal e/ou informal, ou nenhum diálogo.

Neste diapasão, a estratégia do diálogo directo e/ ou formal é usado predominantemente por plataformas e redes de convidados a participar no diálogo sobre políticas com o Governo. O papel das OSC's no processo de diálogo é geralmente entendido como dinâmico, mas os principais canais de comunicação ou as principais plataformas tendem a perder força ao longo do tempo. A maioria das instituições conhecidas que desempenharam um papel importante no estabelecimento do diálogo formal entre as OSC's e o Governo estão a perder o seu

¹³ Forquilha, 2010.

¹⁴ Entrevista com Simão Tila, coordenador executivo da JOINT. Data: 14 de Março de 2021.

protagonismo – por exemplo, o G-20, e coligações como LINK, TEIA e mesmo a própria JOINT¹⁵.

Os nossos entrevistados explicaram que, na sua monitoria da acção governativa, também têm demonstrado que

os espaços de diálogo formalizados tendem a ser co-optados e a não serem eficientes, o que a falta de bases de apoio vem reforçar. Quanto mais técnicos e sofisticados se tornam os espaços de diálogo sobre políticas, mais difícil é para as OSC's dialogar, dada a sua falta de conhecimentos técnicos e de recursos. O acesso limitado e tardio à informação é um factor desfavorável quando se trata de transparência e inclusão¹⁶.

O relatório da avaliação conjunta do apoio à participação da SC no diálogo sobre políticas, demonstra que o diálogo directo e informal sobre políticas tem-se mostrado uma forma eficiente de a SC participar no diálogo sobre políticas – muitas vezes formando alianças em torno de questões específicas, como, por exemplo, a legislação sobre violência doméstica ou grupos de trabalho temáticos ao nível distrital. Há, porém, uma tendência para o diálogo directo e informal dar-se principalmente ao nível nacional, por exemplo, através de contactos com pessoas influentes. Exemplos recentes são as iniciativas de organizações de investigação (IESE, CIP) sobre questões emergentes, como o caso da indústria extractiva e a corrupção. Para o diálogo directo e informal sobre políticas ser eficaz, exige-se um alto nível de capacidade e de acesso à informação e aos canais de comunicação das OSC's envolvidas.

Contudo, a maioria das organizações trabalha com estratégias múltiplas e em vários espaços. Algumas intervenções mais frequentes são¹⁷:

- Produção de documentos e informação assente na documentação de factos;
- Criação de organizações e parcerias locais como veículos para fortalecer a voz dos cidadãos;
- Capacitação interna de membros de OSC's através da troca de informações e conhecimentos entre os membros de plataformas;

¹⁵ Os representantes da SC afirmaram nas entrevistas com que as iniciativas dos fóruns LINK, TEIA e JOINT foram todas perdendo força ao longo do tempo. Os nomes dos fóruns não são siglas nem acrónimos: LINK significar ligar (as organizações); TEIA é uma teia de organizações; e JOINT, em conjunto, refere-se a acção conjunta.

¹⁶ Entrevista com o coordenador da JOINT, 2021.

¹⁷ Por exemplo, CIP, o Fórum de Monitoria da Governação, o Fórum de Monitoria do Orçamento, FDC, LDH e IESE.

- Visibilidade através da publicação de documentos, relatórios e declarações através dos meios de comunicação, e-mails, sites na internet e conferências de imprensa;
- Workshops, seminários e peças de teatro (por exemplo, o Grupo de Teatro do Oprimido)¹⁸;
- Colaboração com a comunicação social para maximizar a divulgação de informações.

4.6. Eficácia das Actividades das Organizações da Sociedade Civil

Em condições normais, espera-se resultados eficazes aquando da actuação das OSC's nas suas actividades. Porquanto, os dados da nossa pesquisa revelaram que as estratégias da SC para reforçar a sua participação e influência em relação à monitoria da acção governativa têm produzido poucos resultados a nível local. Apesar da sua participação em espaços de diálogo sobre políticas, a influência das OSC's tem, na prática, sido limitada. A análise de documentos e as entrevistas revelaram que a forma mais eficaz de a SC participar no diálogo sobre políticas têm sido as alianças em torno de questões específicas e grupos de trabalho temáticos ao nível distrital. O diálogo directo e informal, no entanto, dá-se principalmente ao nível nacional.

O estabelecimento de mecanismos formais de participação a todos os níveis da governação tem sido considerado por vários actores uma conquista da SC, apesar da sua relativamente pequena eficácia. No entanto, os depoimentos dos nossos entrevistados esclarecem que:

o surgimento de algumas OSC's fortes que apresentam factos documentados a partir de pesquisa veio alterar as relações entre o Governo e a SC. O Governo começou a dar atenção às questões levantadas pelas OSC's. Há duas razões que podem explicar a mudança de atitude do Governo em relação à SC: o risco do custo político, se o Governo decidisse ignorar os factos apresentados pela SC, e o facto de este trabalho oferecer uma possibilidade de capitalizar conhecimentos doutra forma inacessíveis ao Governo.

4.7. Avanços e Retrocessos na Monitoria da Acção das Organizações da Sociedade Civil

No que diz respeito aos avanços e retrocessos na monitoria das OSC's, as constatações desta pesquisa assentam em várias fontes, indicando que, por um lado, há factores estruturais ameaçados por um ambiente político relativamente desfavorável e hostil e, por outro lado,

¹⁸ O Grupo de Teatro do Oprimido é uma experiência que está a ser apoiada sobretudo pela ActionAid.

alguns factores favoráveis na monitoria da acção governativa¹⁹. Dentre as várias limitações, destacamos as seguintes:

- Há uma estrutura económica dominada pelas elites políticas e partidárias que desencoraja o espírito de participação activa e crítica;
- Há uma elevada dependência de financiamento estrangeiro;
- Embora exista um sistema de gestão e monitoria do orçamento constata-se fraqueza operacional;
- Os condicionalismos indirectos do financiamento dos países desenvolvidos, através de prioridades específicas, limita a capacidade das OSC's de definirem a sua própria agenda;
- A falta de informação e de conhecimentos das OSC's sobre impostos, incluindo burocracia, limita o acesso dessas a benefícios fiscais.

Apesar das limitações dos espaços formalmente estabelecidos para diálogo entre as OSC's e o Governo, os nossos entrevistados explicaram que a SC procura canais de influência alternativos (ou seja, espaços conquistados) para enfrentar o Governo *através de organizações que participam no diálogo sobre políticas a nível nacional (por exemplo, a Fundação de Desenvolvimento Comunitário (FDC), CIP, IESE, LDH e Grupo Moçambicano da Dívida (GMD)), caracterizadas por formação académica, visibilidade e reconhecidas pelo trabalho de documentação factual baseada em pesquisa, e plataformas ou fóruns de OSC's a nível provincial e distrital. A nível local, a SC de base pode surgir através do apoio aos Comitês de Desenvolvimento Local.*

Todavia, em termos de avanços, foi possível verificar que existem factores internos que influenciam as possibilidades das OSC's de participarem no diálogo sobre políticas. Um dos factores apontados como favoráveis e mais importantes é a existência de organizações de pesquisa e advocacia com capacidade de apresentar factos e documentação, exemplo das organizações citadas acima. A abertura e a forte liderança de certas figuras do meio das OSC's também possibilitam o diálogo sobre políticas, devido à sua aceitação geral pelas OSC's e pelo Governo. A nível local, a fraca capacidade técnica e a noção restrita de cidadania, bem como o baixo nível de educação, problemas de interacção dentro dos fóruns e a pouca troca de conhecimentos e informação constituem factores desfavoráveis que entram a participação da

¹⁹ Francisco & Matter 2007; ACS 2010; Forquilha 2009 e um número dos nossos entrevistados.

SC no diálogo sobre políticas. Outros obstáculos são a co-optação de líderes comunitários, e a censura e auto-censura muitas vezes praticadas.

Os nossos entrevistados vão a fundo ao afirmar que os factores externos no ambiente político que permitem a participação da SC no diálogo relacionado com políticas atinentes à monitoria da acção governativa são a legislação e a liberdade de expressão, bem como as iniciativas do Governo para a participação da SC, através de espaços criados. Entretanto, na prática, o ambiente político não é favorável ao diálogo crítico e tende a inibir a participação activa da SC. São evidências desse cenário, o fraco desempenho do sistema judicial, as dificuldades de acesso à informação e o mercado publicitário controlado pelo Governo limitam o exercício das liberdades.

CONCLUSÃO

Chegados neste momento do cair do pano, vale lembrar, antes de mais, que o trabalho de pesquisa que desenvolvemos teve como modelo metodológico um estudo de caso, cujo escopo gravitava em aprofundar os conhecimentos sobre o papel das OSC's na monitoria de acção governativa. Dada a relevância e as particularidades do tema, procuramos centrar o nosso estudo apenas em alguns aspectos essenciais mais prioritários, deixando em aberto alguns tópicos que servirão de estímulo para futuras investigações e reflexões.

Entretanto, em jeito de desfecho, sabendo que o nosso objectivo era, em primeira instância, avaliar o papel da JOINT, uma das organizações da SC moçambicana, na monitoria da acção governativa, tomando-o como caso de estudo. Perseguindo o objectivo supremo da pesquisa, os resultados da pesquisa demonstram que a JOINT, como uma Liga das ONG's em Moçambique, tem desempenhado um papel fundamental na monitoria da acção governativa, pois esta configura-se como um fórum criado para promover a coordenação, articulação, disseminação de informação e troca de experiências entre as OSC's no País em assuntos ligados à promoção da boa governação.

A pesquisa ainda evidenciou que a SC tem vindo a crescer quantitativamente, porém, a questão qualitativa, tanto internamente como nos aspectos inerentes ao seu papel na monitoria da acção governativa tem sido ainda um desafio. Além disso, os resultados também demonstram que, em geral, o ambiente do funcionamento da SC não pode ser considerado favorável para a intervenção das OSC's na monitoria da acção governativa, pois, as actividades e actuações isoladas, aliadas à crise financeira e à luta pelo protagonismo, ainda caracterizam a SCM. Não obstante estas constatações, a relação entre a SC e o Estado é frágil, em termos de mecanismos de responsabilização mútua, monitoria transparente e eficaz.

Durante o estudo, percebeu-se que a maioria das OSC's no País é inactiva e só realiza actividades de forma pontual e com horizontes temporais limitados, devido à maior dependência financeira e, na maioria dos casos, como consequência da dependência política. Apesar disso, a SCM demonstra ser um parceiro credível para o desenvolvimento democrático moçambicano, pois é um vector-chave que dá mais credibilidade aos processos de desenvolvimento do País, através da sua participação em assuntos sociopolíticos e económicos, numa tentativa de contrapor a lógica do monopólio do Estado na gestão do bem público.

Todavia, há que reconhecer que a maior parte das OSC's nacionais é fraca em termos de recursos humanos e financeiros, o que se reflecte no nível de envolvimento destas na monitoria da acção governativa. A participação das OSC's no diálogo sobre a monitoria da acção governativa é cada vez mais dificultada por um ambiente político adverso, e muitas vezes, intimidatório. Ressalte-se, outrossim, que o exercício da liberdade política está muito limitado pelas ameaças feitas por autoridades governamentais, situação agravada pelo fraco desempenho dos órgãos judiciários. Por conseguinte, os cidadãos e a SC consideram as instituições políticas intolerantes ao diálogo e à discordância.

Por fim, o funcionamento das OSC's em Moçambique tem sido fadado por certos factores estruturais ameaçados por um meio político relativamente desfavorável e hostil com a predominância de uma estrutura económica dominada pelas elites políticas e partidárias que desencoraja o espírito de participação activa e crítica na monitoria da acção governativa pelas OSC's.

Tendo em conta as adversidades enfrentadas pelas OSC's na monitoria da acção governativa, concluímos que existem alguns casos de sucesso das OSC's na monitoria da acção governativa, pois, elas enfrentam o Governo através de organizações que participam no diálogo sobre a acção governativa a nível nacional, caracterizadas por possuírem lideranças com formação académica, visíveis e reconhecidas pelo trabalho de documentação factual baseada em pesquisa e plataformas ou fóruns de OSC's a nível provincial e distrital.

SUGESTÕES

Diante das constatações verificadas ao longo dos nossos resultados, avançamos as seguintes sugestões:

- ✓ Que haja uma melhoria da capacidade de comunicar mensagens sobre questões ligadas aos resultados da acção governativa, aumentando a participação no espaço da Sociedade Civil/Estado;
- ✓ Criação de possibilidades regulares e sistemáticas de participação, abrangendo todas as fases do processo da Acção Governativa e;
- ✓ Aumento do número de alianças estratégicas das OSC's.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADALIMA, José e NUVUNGA, Adriano (2012) Participação da Sociedade Civil na Elaboração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) – 2010- 2014. Maputo.
- ALCÁNTARA, Cynthia (1998), Uses and abuses of the concept of governance. *International Social Science Journal*. Vol. 50 Issue 150, pp 105-113. Unesco. New York.
- BILHIM, Joo (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto.
- BOBBIO, Norberto (2000). Teoria geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: campus.
- BODGAN, Robert e BIKLEN, Sari (1982). *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. Boston: Allyn and Bacon, 1982.
- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel (1997). *Local & Global. Management of cities in the information age*. London: UNCHS – Habitat, Earthscan Publications.
- CAMBRÃO, Pedrito (2018). Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique. Vol.36 *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.
- Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/view/5316>
Acessado: 08/08/2021
- CANHANGA, Nobre de Jesus (2009). Boa Governação: contexto, teoria, prática e desafios para a implementação da monitoria da acção governativa. In CAP. Economia, Política e Desenvolvimento. Centro de Análise de Políticas da FLCS/UEM.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). (2009). *Aspectos Críticos da Governação Local em Moçambique: um olhar sobre 6 distritos e 3 autarquias*. Maputo: CIEDIMA.
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). (2012). *O Distrito como Polo de Desenvolvimento: um Olhar da Sociedade Civil*. Maputo, 2012.
- CHIZZOTTI, António (1995). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- CKAGNAZAROFF, I. e ABREU, B. V. (2009). *Governança local e participação como estratégias na avaliação e promoção de desenvolvimento econômico local*. Grenoble,
- DFID. (2007). *Análise da Governação do País em Moçambique*.

- DAHL, Robert (1992). *La Democracia y Sus Críticos*. Barcelona: Paidós.
- ELSTER, Jon (2001). *La Democracia deliberativa*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- FARIA, Fernanda e CHICHAVA, Ana. (1999). *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*. Maputo.
- FDC (2008). Civil Society Index, Mozambique 2007 [“Índice da Sociedade Civil, Moçambique 2007”]
- FORQUILHA, Salvador (2007). *Remendo Novo em Pano Velho: o Impacto das Reformas de Descentralização no Processo da Governação Local em Moçambique*. Maputo, IESE.
- _____ (2009). “Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado Neo-patrimonial. Um olhar a partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique”, in IESE (2009). II Conferência do IESE, “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique”, Maputo 22 a 23 de Abril de 2009.
- _____ (2010). “Governação Distrital no Contexto das Reformas de Descentralização Administrativa em Moçambique: Lógicas, Dinâmicas e Desafios”, in IESE (2010). *Desafios para Moçambique*. Maputo.
- FRANCISCO, António e MATTER, Konrand, (2007). *Poverty Observatory in Mozambique: Final Report* [“Observatório da Pobreza em Moçambique: Relatório final], Gerster Consulting para a ASDC e Banco Mundial.
- FRANCISCO, António et al. (2008). *Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007*. Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC).
- _____ (2008). “Key Triggers and Constraints for Civic Action in Mozambique: Bad Things Come in Three.” Regional Workshop on Civil Society Building, Civil Action for Poverty Eradication, Johannesburg, 22-23 April 2008.
- FRANCISCO, António, (2010). *Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas Não Falhado*, In: L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, eds. 2010. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37-95.
- GERHARDT, Tatiana et al. (2009). *Estrutura do projeto de pesquisa*. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- GIL, António (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas
- _____ (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, Atlas, 6ª ed.
- GONÇALVES, Alcindo (2011). “Governança Global”. In: GONÇALVES, Alcindo e COSTA, José Augusto Fontoura. *Governança Global e Regimes Internacionais*. São Paulo: Almedina.
- GRAMSCI (2004). *Quadernidelcarcere*. 8ª ed. Torino: Einaudi, vol 2.
- HABERMAS, Jurgen (1995). Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova: Cultura e Política*, São Paulo, n. 36, p. 39-53.
- HABERMAS, Jurgen (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flavio BenoSiebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HOMERIN, Janaína (2005). *As Organizações da sociedade civil em moçambique: actores em movimento*. Embaixada de França-SCAC- Maputo.
- HOUTART, François (1998). *Les ONG: instruments du néo-libéralisme ou alternatives populaires*. Paris/Montréal: L’Harmattan.
- ILAL, Abdul. *Governança Local e Relações Intergovernamentais*; in: Adriano Nuvunga et al. (2008). *Governança e Integridade em Moçambique: problemas práticos e desafios reais*. Maputo.
- INE (2006). “As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultado do Primeiro Censo Nacional (2004-2005)”, Instituto Nacional de Estatística, Maputo.
- JOINT (2015), *Avaliação Nacional sobre o Ambiente Propício para Actuação das OSC em Moçambique*. Maputo: EENA.
- _____ *Avaliação Conjunta do Apoio à Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas: Relatório Nacional de Moçambique*. Maputo: ASDI.
- LEWIS, David (2002). *Civil society in Africa context: reflexion on the usefulness of a concept*. UK: published by blackwell publisher.
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred (1996). *A Transição e Consolidação da Democracia: A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra.
- MAINA, Wachira (1998) “Kenya: the State, Donors and the Politics of Democratization”, in A. Van Rooy (ed.) *Civil Society and Aid Industry*, pp.134-67.

- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (2001). *Metodologia Científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- _____ (2009). *Metodologia: Ciência e Conhecimento Científico, Métodos, Científicos, Teoria e Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica*, 5ª ed. Atlas: São Paulo.
- MASC- Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (2010). *Manual da Monitoria da Governação*. Maputo: MASC.
- Mecanismo de Apoio á Sociedade Civil. (s/data) *Manual de Boa Governação Interna das Organizações da Sociedade Civil*. Maputo.
- MINAYO, Maria Cecília (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco.
- NEGRÃO, José (2003), A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- OLABUENAGA, José e ISPIZUA, Maria Antonia (1989). *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao, Universidad de deusto.
- Open Society Initiative for Southern Africa. (2009). *Moçambique: Democracia e Participação Política*. 2009.
- PEREIRA, Claudia (1998). *Reforma Administrativa: o Estado, o Serviço Público e o Servidor*. 2ª Ed. rev.ampl. Brasília: Brasília Jurídica.
- PEREIRA, João (2002). *Mecanismo Estabelecido pela Sociedade Civil para Monitorar o Processo Eleitoral em Moçambique: Um aviso prévio*. Maputo.
- PINTO, José (1995), A Teoria da Acção Comunicativa de Jurgen Habermas: Conceitos Básicos e Possibilidades de Aplicação à Administração Escolar. Rib.Preto, pp.285, 286.
- RDH (2005). *Relatório do Desenvolvimento Humano: A cooperação internacional dian te da encruzilhada*. Pnud/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acessado em 18/01/2021.
- RUIZ, João Álvaro (2002). *Metodologia Científica: Guia para Eficiência nos Estudos*. 3- ed. São Paulo: Atlas.
- SELLTIZ, Claire. et al. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder, 1965.

- SERRA, Carlos. Coord. (2001). Boletim Informativo nº 1 do projecto Sociedade Civil Precarizada em Moçambique, CEA, Maputo.
- SOIRI, Lina (1999), Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à Pobreza, Maputo.
- SOUSA, Marconi (2013). Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. Brasil: SAGI.
- SPEER, Johanna (2012). Participatory governance reform: A good strategy for increasing government responsiveness and improving public services? *World Development*, 40(12), 2379-2398.
- TOURAINÉ, Alain. 1992. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- VERGARA, Silvia. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- YIN, Robert (2009). *Case Study Research: Design and Methods* (4th ed). Thousands Oaks, CA: Sage Publications.

Legislação

- Moçambique, Imprensa Nacional (1991). Boletim da República, Lei nº 8/91 de 18 de Julho: Regula o Direito a Livre Associação. I Serie, Número 29, Quarta-feira, 18 de Julho de 1991.
- Lei nº 8/2003 de 27 de Março – Lei dos Órgãos Locais do Estado. Acesso em 6 de Março de 2015.
- Constituição da República de Moçambique. Preâmbulo (2004). Disponível em <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>

ANEXO

APÊNDICE A - Guião de Entrevistas.

1. Quais são os objectivos da JOINT?
 2. Qual é a missão e visão enquanto uma OSC?
 3. Qual é o papel das da JOINT na monitoria da Acção Governativa?
 4. Qual é o papel que a JOINT desempenha enquanto OSC no diálogo com governo sobre acção governativa?
 5. Como tem sido a interacção entre as OSC e que influência esta interacção tem tido no processo de participação na monitoria da acção governativa?
 6. Que factores influenciam se as OSCs participam em processos de monitoria da acção governativa ou não? Porque é que algumas OSCs que, dadas as suas bases e o seu perfil, poderiam trabalhar com monitoria da acção governativa, mas não o fazem?
1. Qual é a eficácia do funcionamento das OSCs na monitoria da acção governativa?
 2. Quais são as principais realizações da JOINT como Liga das ONG's em Moçambique na monitoria da acção governativa?
 3. Que avaliação se pode fazer para o apoio à participação da Sociedade Civil no diálogo sobre políticas?
 4. Qual é papel dos actores envolvidos no processo de monitoria da acção governativa?
 5. Que tipo de estratégias são usadas pelas OSCs na monitoria da acção governativa?
 6. Quais são os principais factores favoráveis e desfavoráveis que afectam a pertinência e a eficácia das OSCs no diálogo sobre acção governativa, no geral, e relativamente às próprias metas e objectivos das OSCs? (Por exemplo, que papel desempenham os aspectos do ambiente favorável, da capacidade das OSCs, os recursos e os entraves e o grau de trabalho em rede?)

7. Quais são avanços e retrocessos na monitoria da acção governativa das Organizações da Sociedade Civil?

B: Lista de Pessoas Entrevistadas

Nome	Organização/ Instituição	Cargo	Ano	Mês
Maria Helena Sibia	CMA –	Presidente	2021	Junho
Simão Francisco Tila	JOINT	Coordenador executivo	2021	Junho
Domenico Liuzzi	KULIMA –	Presidente	2021	Junho
Carvalho Simão Cumbi	JOINT	Director de Programas	2021	Junho
Pedro Muiambo	JOINT	Oficial de Lobby e Advocacia	2021	Junho
André Rodrigues Cardoso	JOINT	Oficial de comunicação e gestão de conhecimento	2021	Junho
Isaura Suzete Mahulele	AUSCUT	Gestora de Projecto	2021	Agosto